

POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Esta Política consolida os princípios e práticas de proteção e governança de dados pessoais adotados pelo **Instituto Infraero de Seguridade Social – INFRAPREV**, entidade fechada de previdência complementar, em observância aos preceitos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”) e às disposições contratuais e práticas relativas ao sigilo e à confidencialidade adotados, inclusive sobre:

- quais tipos de dados pessoais são tratados;
- como dados pessoais são tratados;
- qual a finalidade do tratamento de dados;
- quais os fundamentos que autorizam o tratamento de dados pessoais;
- com quem dados pessoais são compartilhados;
- que garantias são aplicáveis à segurança dos dados e informações tratados;
- os direitos dos titulares em relação à proteção de seus dados pessoais fornecidos e como exercê-los.

1) Quais os tipos de dados pessoais são tratados pelo INFRAPREV?

Para efeitos desta Política, dados pessoais são quaisquer informações, de qualquer natureza e independentemente do suporte (incluindo som e imagem), relativas à pessoa natural identificada ou identificável, inclusive dados pessoais de crianças e adolescentes.

Os dados pessoais sensíveis são as informações relativas à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico dos titulares dos dados.

Os dados pessoais tratados são sempre coletados diretamente do titular de dados e variam conforme o objeto do contrato ou relação mantido junto ao INFRAPREV, inclusive, mas não se limitando a nome, CPF, data de nascimento, sexo, estado civil, nacionalidade, filiação, endereço, telefone, e-mail para contato, vínculo empregatício, dados bancários, previdenciários e de saúde sempre que for considerado como necessário para o cumprimento do contrato ou de obrigação legal ou regulatória.

2) Como os dados pessoais são tratados pelo INFRAPREV?

Todo e qualquer tratamento de dados pessoais, nos quais se incluem os dados pessoais sensíveis, no âmbito do INFRAPREV ou mediante sua solicitação, é realizado de acordo com as regras e procedimentos estipulados em normas relativas à proteção de dados pessoais, pautadas na boa-fé, lealdade, respeito e transparência ao tratamento dos dados pessoais, e nos seguintes princípios:

- (i) **Finalidade:** os dados pessoais coletados e processados são utilizados para realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, não sendo utilizados de forma incompatível com tais objetivos;
- (ii) **Adequação:** os dados pessoais são tratados em compatibilidade com as finalidades informadas ao seu titular ou pertinentes ao contrato por ele firmado, no contexto do tratamento realizado;
- (iii) **Necessidade:** o tratamento deve se limitar ao mínimo possível de dados pessoais indispensáveis à realização das finalidades objetivadas, observada a sua pertinência e proporcionalidade;
- (iv) **Livre acesso:** é assegurada aos titulares a realização de consulta facilitada e gratuita sobre os dados pessoais tratados, bem como sobre a forma e a duração do seu tratamento;
- (v) **Qualidade dos dados:** os dados pessoais tratados devem ser exatos, claros, relevantes e atualizados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade do tratamento;
- (vi) **Transparência:** é assegurado ao titular de dados pessoais o acesso a informações precisas e facilitadas sobre o tratamento de seus dados pessoais e os respectivos agentes de tratamento;
- (vii) **Segurança:** são aplicáveis para tratamento de dados todas as medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- (viii) **Prevenção:** são aplicáveis para tratamento de dados pessoais todas as medidas técnicas, operacionais e contratuais adequadas para prevenir eventual ocorrência de danos ou riscos em virtude das atividades de tratamento de dados pessoais;

- (ix) **Não discriminação:** é vedada a realização de tratamento de dados pessoais para qualquer forma de discriminação ilícita ou abusiva;
- (x) **Responsabilização e prestação de contas:** está disponível ao titular de dados pessoais a demonstração da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância, o cumprimento e a eficácia das normas de proteção de dados pessoais.

Observados esses pilares, os dados pessoais são acessíveis apenas pelos colaboradores do INFRAPREV e dos fornecedores contratados que deles necessitem para a realização de suas atividades.

Terceiros poderão ser contratados para a prestação de determinados serviços especializados, que eventualmente poderão implicar no acesso a dados pessoais de participantes, assistidos, beneficiários e colaboradores. Nestes casos, o INFRAPREV adota todas as medidas contratuais e operacionais para que os fornecedores e parceiros recepcionem apenas os dados pessoais indispensáveis ao serviço ou atividade a ser realizada e que mantenham alto nível de governança e proteção de dados, além de sigilo e confidencialidade.

3) Qual a finalidade do tratamento de dados pessoais pelo INFRAPREV?

Os dados pessoais de participantes, assistidos, beneficiários, potenciais participantes, colaboradores, dirigentes, conselheiros, prepostos e fornecedores, são tratados com o objetivo de efetivar as obrigações do INFRAPREV, possibilitar o cumprimento do regulamento dos planos de benefícios, bem como para o cumprimento de normas legais e regulatórias.

Neste sentido, para o desenvolvimento de suas atividades, o INFRAPREV realiza coleta e o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis necessários para a satisfação das finalidades abaixo descritas:

- **Gestão de pessoas e administração geral:** recrutamento, contratação e relação com colaboradores (inclusive autônomos, temporários e estagiários), serviços gerais de infraestrutura e operação e participação em programas organizacionais de qualidade de vida e clima organizacional;
- **Gestão de planos previdenciários:** cadastro de adesão, alteração cadastral, pagamento de benefícios, execução de institutos, estudos atuariais,
- **Gestão de carteira de empréstimos:** concessão de empréstimos, efetivação do contrato e atendimento aos mutuários, bem como cobrança;
- **Atendimento, relacionamento e comunicação institucional:** atendimento de demandas de participantes e assistidos, simulações de benefícios,

institutos e empréstimos, comunicação em canais institucionais (email marketing, SMS, jornal e newsletter, redes sociais), campanhas de divulgação, educação previdenciária e endomarketing.

- **Gestão financeira, de investimentos, riscos, compliance e controladoria:** administração de carteira imobiliária e de participações, contas a pagar e a receber e execução de contratos com fornecedores, avaliação de riscos, *due diligence* e *background check*;
- **Infraestrutura e segurança da informação:** gestão de banco de dados, site e autoatendimento, aplicativos e sistemas, monitoramento de segurança da informação, câmeras de circuito interno e suporte operacional;
- **Representação e governança:** composição de órgãos de governança e colegiados, suporte em nomeação, eleição, certificação, habilitação e representação de dirigentes, participação em eventos e apoio a colegiados deliberativos ou consultivos e demandas judiciais e administrativas.

O INFRAPREV não trata dados pessoais de forma automatizada com a finalidade de criação e/ou definição de perfil comercial ou comportamental para indução a decisões.

<p>4) Quais os fundamentos que autorizam o tratamento de dados pessoais pelo INFRAPREV?</p>

Para cumprimento dessas finalidades acima, o tratamento de dados pessoais de participantes, assistidos, beneficiários, colaboradores, fornecedores, dirigentes, conselheiros, entre outros, pelo INFRAPREV tem as seguintes bases legais:

- Execução de contrato e procedimentos preliminares ao contrato a pedido dos titulares de dados;
- Atendimento de exigências legais e/ou regulatórias;
- Defesa em processos judiciais, administrativos ou arbitrais;
- Atendimento aos legítimos interesses do INFRAPREV, respeitadas as expectativas, direitos e liberdades fundamentais dos titulares de dados, bem como observados estritamente os requisitos e as disposições prescritas na legislação aplicável ou;
- Autorizações expressa e livremente consentidas pelos titulares de dados.

Para além dos casos em que há consentimento expresso, específico e destacado pelo titular de dados, o tratamento de dados sensíveis ocorre apenas quando se tornar indispensável para cumprimento de obrigação legal, regulatória ou contratual, defesa em processo judicial e em estrita observância às disposições da LGPD, de modo impedir tratamentos discriminatórios ou restritivos.

Para o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, o INFRAPREV adota os cuidados específicos prescritos pela LGPD, de modo que seja preservado o melhor interesse do menor, e que o consentimento, contratação e autorização sejam realizados diretamente pelos pais ou responsáveis legais.

Informações acerca das finalidades específicas utilizadas no tratamento de seus dados pessoais e as suas respectivas bases legais podem ser acessadas clicando aqui dpo@infraprev.org.br

5) Com quem dados pessoais tratados pelo INFRAPREV são compartilhados?

Poderá haver compartilhamento de dados pessoais com terceiros (patrocinadora, instituidor, fornecedores, órgãos de supervisão e fiscalização e parceiros), nos casos em que sejam necessárias ou adequadas à luz da legislação aplicável, para assegurar interesses dos participantes e assistidos e beneficiários, cumprimento dos contratos firmados com o INFRAPREV ou de obrigações legais ou ordens judiciais, ou ainda para atender solicitações do titular de dados ou autoridades públicas.

Havendo o compartilhamento de dados pessoais, são adotadas todas as providências razoáveis para a proteção dos dados pessoais, observadas as instruções impostas contratualmente, os preceitos da LGPD e a normativos internos de proteção de dados pessoais e segurança da informação, a fim de que haja garantias suficientes de execução de medidas técnicas e operacionais adequadas para a segurança e proteção dos direitos dos titulares dos dados.

Especificamente para o compartilhamento de dados pessoais sensíveis, não há o compartilhamento ou uso compartilhado destes dados com o objetivo de obtenção de vantagem econômica. Tais dados são compartilhados para permitir a adequada execução do contrato previdenciário, defesa em processo judicial ou quando consentido pelo titular de forma específica e destacada.

6) Que garantias são aplicáveis à segurança dos dados e informações tratados pelo INFRAPREV?

O INFRAPREV adota medidas técnicas, operacionais e contratuais necessárias para assegurar que o tratamento de dados pessoais seja efetuado em estrita conformidade com a legislação de proteção de dados aplicável, e medidas de segurança que buscam garantir a proteção aos dados pessoais que lhes são

disponibilizados contra a difusão, perda, uso indevido, alteração, tratamento ou acesso não autorizado, bem como qualquer outra forma de tratamento irregular ou em desconformidade com a LGPD.

Na eventualidade de um incidente de segurança, o INFRAPREV possui medidas para assegurar, inclusive contratualmente, a maior diligência de seus colaboradores e fornecedores para mitigar os riscos que dele advir

O INFRAPREV realiza suas operações de modo a evitar a ocorrência de incidentes de vazamento, mantendo Política de Segurança da Informação, que conta com técnicas de anonimização e pseudonimização de dados, protocolos de segurança como controle de acesso físico e lógico, e ainda:

- Coleta e utilização de dados mínimos necessários para a realização de duas finalidades;
- Armazenamento de dados pessoais em ambiente seguro;
- Rotina de backup e contingenciamento;
- Antivírus, firewall e monitoramento de vulnerabilidades e ameaças cibernéticas;
- Capacitação e atualização quanto a cultura de segurança da informação e proteção de dados com todos os colaboradores e dirigentes.

Os dados pessoais e dados pessoais sensíveis tratados são armazenados e conservados durante o período necessário à realização das finalidades que motivaram a coleta e tratamento de tais dados, bem como para cumprimento às obrigações contratuais, legais e em observância aos prazos prescricionais aplicáveis.

Atividades realizadas para cumprimento de obrigações legais, regulatórias ou contratuais poderão ensejar transferência internacional de dados pessoais, hipótese em que serão implementadas as medidas necessárias e adequadas à luz da legislação aplicável para proteção dos dados pessoais objeto de transferência internacional, em observância ao fiel cumprimento da LGPD.

7Quais os direitos em relação à proteção de dados pessoais fornecidos ao INFRAPREV e como exercê-los?

O titular dos dados pessoais tem o direito de solicitar à entidade, mediante requerimento direcionado ao encarregado ou ao responsável pelo tratamento:

- (i) a confirmação sobre a existência de tratamento e o acesso, nos termos e condições legalmente previstos, aos dados pessoais que lhes digam respeito e que sejam objeto de tratamento;
- (ii) a correção ou atualização dos dados pessoais inexatos ou desatualizados;
- (iii) o bloqueio ou eliminação de dados, salvo quanto aos dados que sejam indispensáveis à execução das atividades pelo INFRAPREV ou ao cumprimento de obrigações legais a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito;
- (iv) a oposição à utilização dos dados pessoais para fins que não sejam indispensáveis à gestão do INFRAPREV ou dos planos de benefícios administrados;
- (v) a revogação do consentimento nos casos em que o tratamento estiver fundado apenas no consentimento e o tratamento dos dados não for indispensável ao cumprimento de obrigações contratuais, legais e regulatórias pelo INFRAPREV;
- (vi) a informação sobre as entidades públicas e privadas com a qual houve o compartilhamento de dados pessoais;
- (vii) a portabilidade dos seus dados pessoais; e
- (viii) a informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa.

Para o exercício de algum destes direitos, poderá ser encaminhado e-mail ao endereço do Encarregado, abaixo designado.

O Encarregado de Dados indicado pelo INFRAPREV poderá prestar os esclarecimentos adicionais necessários sobre esta Política e sua aplicação, casos excepcionais e boas práticas a serem adotadas permanentemente pelo INFRAPREV, e pode ser contatado a partir do seguinte canal:

dpo@infraprev.org.br

A presente versão desta Política foi aprovada pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV na Reunião Ordinária realizada nos dias 18 e 19/03/2021, por meio da Ata Nº 474/2021.

Alterações nesta Política poderão ser efetuadas periodicamente sem prévia notificação.
